

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.980 - SC (2019/0353846-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : EDERSON FENIX (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **EDERSON FENIX**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções declarou remidos 88 dias de pena do ora paciente, em razão de sua aprovação em todas as áreas do conhecimento no Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), de nível fundamental, com base no art. 126, §§ 1º, I e 5º, da LEP c/c a Recomendação n. 44/2013/CNJ.

Irresignada, por entender que o reeducando faria *jus* a mais dias de remição, a defesa manejou agravo em execução, perante o TJSC, que lhe negou provimento, conforme a ementa a seguir:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE HOMOLOGOU REMIÇÃO. POSTULADA MAJORAÇÃO DO NÚMERO DE DIAS REMIDOS. IMPOSSIBILIDADE. APENADO APROVADO EM TODAS AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO EXAME NACIONAL PARA CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS (ENCCEJA) - FUNDAMENTAL. REMIÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 126, § 1º, INCISO I, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. BASE DE CÁLCULO PARA A AFERIÇÃO DE DIAS REMIDOS QUE DEVE RESPEITAR O PARÂMETRO DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DA CARGA HORÁRIA LEGALMENTE ESTABELECIDADA PARA CADA NÍVEL DE ENSINO. ACRÉSCIMO DE UM TERÇO EM RAZÃO DA CONCLUSÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL. DECISÃO MANTIDA. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA SOBRE CADA DISPOSITIVO LEGAL. DEVIDA APRECIÇÃO DA MATÉRIA VENTILADA. PLEITO REJEITADO AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO" (e-STJ, fl. 64).

Neste *mandamus*, alega a defesa, em suma, que existe constrangimento ilegal

Superior Tribunal de Justiça

no caso, pois "[a] controvérsia está justamente na interpretação do enunciado do ato normativo em relação a quanto corresponde[m] '50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio': 1600 horas (como se defende aqui) ou 800 horas (como concluiu equivocadamente o TJSC)" aduzindo que a questão deve ser resolvida em favor do réu.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, para suspender os efeitos da decisão do Tribunal *a quo* e, ao final, ser concedida a remição da pena em favor do paciente, no total de 177 dias.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Desse modo, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa, a fim de verificar eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem, de ofício.

No caso dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem manteve a decisão singular, em acórdão assim fundamentado:

"Colhe-se dos autos que, no decorrer do cumprimento de pena privativa de liberdade, o Agravante restou aprovado em todas as áreas de conhecimento do Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, nível fundamental (fls. 849-851 dos autos de origem).

Sobre a remição pelo estudo, estabelece o art. 126, § 1º, inciso I, da Lei de Execução Penal que ocorrerá o desconto de 01 (um) dia de pena para cada 12 (doze) horas de estudo.

Ocorre que, para validar o esforço dos apenados que estudam por conta própria e têm êxito em exames nacionais que certificam a conclusão de níveis de ensino, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 44/2013, estabelecendo o cálculo a ser realizado para efeito da remição da pena.

Extrai-se da referida Recomendação:

Art. 1º - Recomendar aos Tribunais que:

[...]

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível

de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n.03/2010, do CNE], isto é, 1600

Superior Tribunal de Justiça

(mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio.

Verifica-se que a conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos - EJA, possui duração mínima de 1600 (mil e seiscentas) horas, conforme Resolução n. 03/2010 do Conselho Nacional de Educação.

Ademais, conforme determinação do art. 1º, inciso IV, da Recomendação n. 44/13, somente metade desse período pode ser computado para remição, totalizando 800 (oitocentas) horas de estudo.

Este resultado deve ser dividido por 12 (doze), que é a quantidade de horas de frequência escolar necessárias para remir 1 (um) dia de pena, de acordo com o art. 126, § 1.º, inciso I, da LEP, o que gera um total de 66 (sessenta e seis) dias remidos.

Os 66 (sessenta e seis) dias divididos pelas 5 (cinco) áreas de conhecimento (1. Língua portuguesa, língua estrangeira moderna, artes e educação física; 2. Matemática; 3. História e geografia; 4. Ciências naturais; e 5. Redação), resulta em 13 (treze) dias em relação a cada uma delas.

Além disso, de acordo com o art. 126, § 5º, da LEP, 'o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação'.

Tendo o Agravante sido aprovado em todas as áreas, com o acréscimo de 1/3 em razão da conclusão do ensino fundamental, correto o cálculo procedido pelo Juízo a quo, razão pela qual deve ser mantida a remição de 88 (oitenta e oito) dias de pena.

Sobre o tema, já decidiu esta Câmara, nos autos do Agravo de Execução Penal n. 0000435-69.2019.8.24.0064, de São José, e de Relator Desembargador Sérgio Rizelo, julgado em 07-05-2019:

RECURSO DE AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO QUE DEFERE REMIÇÃO. RECURSO DO APENADO. 1. REMIÇÃO PELO ESTUDO. APROVAÇÃO INTEGRAL NO ENCCEJA NÍVEL FUNDAMENTAL (CNJ, RECOMENDAÇÃO 44/13; E LEP, ART. 126, § 5º). 2. CARGA HORÁRIA (CNE, RESOLUÇÃO 03/10). CONTAGEM DE TEMPO (LEP, ART. 126, § 1º, I). 3. LEI DE DIRETRIZES E BASES (LEI 9.394/96). CARGA HORÁRIA (ARTS. 24, I, E 32, CAPUT). CRIANÇAS E ADOLESCENTES (ART. 4º, I). PESSOA PRESA. 1. A conclusão do ensino fundamental, por meio da aprovação do preso no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, confere-lhe o direito de remir 88 dias da pena. 2. A Recomendação 44/13 do Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 1º IV, expressamente aponta, como base de cálculo para o cômputo da remição decorrente de aprovação no ENCCEJA, a metade da carga horária prevista na Resolução 03/2010 do Conselho Nacional de Educação, que, para o ensino fundamental, é de 1600 horas, de modo que o máximo de remição a ser considerado pela aprovação no exame são 66 dias, resultado da divisão de 800 horas pelas 12 horas diárias

Superior Tribunal de Justiça

previstas no art. 126. § 1º, I, da Lei de Execução Penal, sendo possível o acréscimo de 22 dias se a aprovação for integral e levar à conclusão do ensino fundamental, totalizando 88 dias de remição. 3. Não se aplica ao preso a carga horária mínima de 7200 horas, prevista para o curso regular do ensino fundamental na Lei 9.394/96, pois esta traz diretrizes nacionais para a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, devendo ser aplicadas aos reeducandos as regras específicas da Educação de Jovens e Adultos, mesmo porque, se considerada aquela previsão, o apenado, pela conclusão do ensino fundamental, teria direito a abater mais de 1 ano da sua pena. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Não se desconhece a existência de entendimento em sentido contrário, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (no qual também há controvérsia sobre o tema), como defendido pelo Agravante (aplicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), porém, esta Câmara, como destacado, firmou o posicionamento adotado pela Magistrada de origem.

[...] Ante o exposto, o voto é no sentido de conhecer e negar provimento ao recurso [...]" (e-STJ, fls.63-71, grifou-se).

Vale lembrar que o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação n. 44 de 26/11/2013, que versa sobre a possibilidade de remir dias de pena pela aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão de ensino médio (ENEM), ou no caso de ensino fundamental (ENCCEJA). Confira-se:

"RECOMENDAÇÃO N. 44 DE 26/11/2013:

Dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura.

[...]

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,
RESOLVE:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

[...]

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, **obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)** ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, **50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino** [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, **1600 (mil e**

seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio [...]" (grifou-se)

Como se vê, não há dúvida de que o benefício da remição deve ser aplicado no caso dos autos, tendo em vista que a aprovação da paciente no ENCCEJA configura aproveitamento dos estudos realizados durante a execução da pena, conforme dispõem o art. 126 da LEP e a Recomendação n. 44/2013 do CNJ.

Portanto, a controvérsia reside na interpretação dada pelo Juízo da execução e pelo Tribunal de origem quanto à fórmula de cálculo da remição, ou seja, qual seria a correta base de cálculo para o pleito requerido. As decisões das instâncias ordinárias consideraram que, sobre o total de 1.600 horas para o ensino fundamental, deve ser aplicado o redutor de 50%, resultando em 800 horas, as quais devem ser divididas pelas 12 horas diárias de estudo, ou seja, um total de 66 dias passíveis de serem remidos pela aprovação integral (cinco áreas de conhecimento) no ENCCEJA.

Como se vê, a interpretação dada à norma pelo Tribunal *a quo* é contrária ao que determinam os arts. 24, I, e 32 da Lei n. 9.394/1996, segundo os quais:

"Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver [...]

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, **com duração de 9 (nove) anos**, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão [...]" (grifou-se).

Considerando que a carga horária mínima anual para o ensino fundamental corresponde a 800 horas, cuja duração é de nove anos, conclui-se que o total da carga horária mínima para todo o ensino fundamental será de 7.200 horas.

Infere-se que, quando a Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental e 1.200 horas para o ensino médio, refere-se ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino.

Dessa forma, considerando, como base de cálculo, 50% da carga horária definida legalmente para o ensino fundamental, ou seja, 1.600 horas, deve-se dividir esse total por doze, encontrando-se o resultado de 133 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENCCEJA. Serão devidos, portanto, 26 dias de remição para cada uma das cinco áreas de conhecimento.

Logo, como o paciente obteve aprovação integral, ou seja, nas cinco áreas de conhecimento, a remição deve corresponder a 133 dias, com os acréscimos legalmente permitidos.

Vejam-se, por oportunos, estes precedentes, *mutatis mutandis*:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PENAL E

PROCESSUAL PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça - STJ tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando, inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes. 2. **A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM.** Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em duas áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 40 dias. 3. Agravo desprovido." (AgRg no HC 464.410/SC, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 23/10/2018, DJe 8/11/2018, grifou-se).

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. [...] 2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no

Superior Tribunal de Justiça

texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes.

A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM. Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em todas as cinco áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 100 dias. Ademais, o respectivo artigo prevê ainda em seu § 5º que o tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 no caso de conclusão do ensino médio durante o cumprimento da pena, razão pela qual o paciente deve ver remido 133 dias de sua pena.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer o direito do paciente à remição da pena, em razão de sua aprovação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), no total de 133 dias. (HC 424.780/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018).

Cito ainda as seguintes decisões: HC 417980/SC, Quinta Turma, rel. Min. Jorge Mussi, 27/11/2017, HC 416050/SC, Quinta Turma, rel. Min. Joel Ilan Paciornik Jorge Mussi, 17/11/2017, HC 421560/SC, Sexta Turma, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, 30/11/2017 e HC 421.155/SC, rel. Min. Rogério Schietti Cruz.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. De ofício, contudo, **concedo a ordem**, para reconhecer o direito do paciente à remição de 133 dias de pena, com acréscimo de 1/3, totalizando 177 dias, considerando sua aprovação em todas as áreas de conhecimento do ENCCEJA.

Publique-se.

Intimem-se a impetrante e o Ministério Público Estadual.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator